

Reforma da Previdência será 33% menos que anunciado pelo governo

Quando começou as campanhas pela reforma da Previdência, o Ministério da Economia disse que ela economizaria R\$ 1 trilhão em dez anos. Na segunda-feira (15/4), o governo enviou o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 ao Congresso e reduziu a projeção de economia em R\$ 715 bilhões. Mesmo assim, continua errado: a economia será de R\$ 670,9 bilhões até 2029., segundo o [relatório de acompanhamento fiscal de abril](#), do Instituto Fiscal Independente (IFI), ligado ao Senado.

A cifra é 33% menor que o anunciado nos discursos oficiais e 6% menor que o dado oficial, informado pelo governo ao Congresso.

Reprodução



Governo havia anunciado economia de R\$ 1 trilhão com reforma da Previdência. Ao Congresso, baixou expectativa para R\$ 715 bilhões. Segundo estudo do IFI, continua errado: economia será de R\$ 670,9 bilhões

O levantamento do IFI apresenta o efeito fiscal da PEC da reforma da previdência ano a ano até 2029. E estima que a redução da despesa previdenciária do Regime Geral da Previdência (RGPS), nos primeiros quatro anos de vigência da reforma, seja de R\$ 76,1 bilhões.

O peso das despesas do RGPS atualmente equivale a 8,6% do PIB, e está em trajetória crescente, segundo o estudo. Sem reforma, a cifra subirá para 10,6% em dez anos. Com reforma, ficará em 8,9%, conforme as projeções do IFI.

Impacto tributário

Segundo o relatório, com a PEC, a maior parte desse impacto se deverá à extinção das aposentadorias por tempo de contribuição, com o acesso apenas pela idade mínima (62 anos para mulheres, 65 anos para homens). O efeito dessa contenção seria de R\$ 352 bilhões.

De acordo com os cálculos da consultoria, entre os anos de 2020 e 2029, haverá ganhos nas receitas de contribuição ao regime próprio da União, oriundos da contribuição de servidores federais civis de R\$ 25,5 bilhões, a preços de 2019. Porém, em termos de resultado líquido, haverá perda de R\$ 7,1 bilhões



na arrecadação com imposto de renda, com economia final de R\$ 18,4 bilhões.

Alteração de alíquotas

Além dos dados sobre o regime geral, o relatório também projeta economia de R\$ 25,5 bilhões com o aumento das alíquotas de contribuição previdenciária dos servidores públicos federais.

Segundo o documento, a PEC institui a progressividade nas alíquotas de contribuição do regime dos servidores civis federais, com alíquotas de 7,5% a 22%. As alíquotas efetivas vão de 7,5% para quem ganha o salário mínimo até 16,8% para quem ganha aproximadamente o teto da União, de R\$ 39 mil.

O relatório afirma ainda que aposentados e pensionistas estarão sujeitos às mesmas alíquotas, à exceção da parcela do benefício até o teto do RGPS. Benefícios acima desse valor pagarão alíquota efetiva superior à atual. E diz que a alteração das alíquotas das contribuições dos servidores federais civis trará impacto fiscal positivo.

"Esse efeito decorre das elevadas remunerações pagas pela administração pública federal. De acordo com nossas estimativas, a mudança trará ganhos na receita de contribuição ao regime próprio da União de R\$ 25,5 bilhões no acumulado de 2020 a 2029, a preços de 2019, sem considerar o efeito advindo da cobrança junto aos servidores do Poder Legislativo, Judiciário e Ministério Público para os quais não estão disponíveis informações suficientes para a realização de estimativas", diz trecho do relatório.

Se aprovada a PEC, estados e municípios poderão aplicar imediatamente a alíquota de 14% sobre os respectivos servidores, superior aos 11% que vigora atualmente na grande maioria dos entes subnacionais. Esses entes terão 180 dias para definir alíquota diferente dessa, desde que igual ou superior aos 14%, em caso de déficit atuarial.

Na ocasião, definirão também a opção pela progressividade. Muitos estados deverão ter ganhos de receita, ainda que não na mesma intensidade da União, dadas as diferenças salariais. Já municípios menores poderão perder receita com a opção pela progressividade.

Contribuição rural

O estudo também observou que a influência das mudanças na aposentadoria rural seria mínima para o crescimento da relação RGPS-PIB. A alteração da idade mínima para as mulheres do campo, de 55 para 60 anos, contribuiria em apenas R\$ 49,6 bilhões no período estudado (a idade mínima dos homens, que já é de 60 anos, fica inalterada pela proposta).

Dessa forma, uma eventual retirada desse dispositivo do texto da reforma não comprometeria o objetivo de estabilizar a Previdência: segundo a projeção, o gasto previdenciário chegaria a 9,1% do PIB em 2029 num cenário de reforma sem esse ponto.

Contribuição militar

A proposta de previdência para os militares envolve também a reestruturação das carreiras. Segundo o Executivo, a economia em dez anos será de R\$ 10 bilhões: ganho de R\$ 97 bilhões na previdência, quase totalmente compensado pelo crescimento de R\$ 87 bilhões nas despesas com a reestruturação.



As novas regras para os militares contêm distinções em relação aos servidores civis e ao RGPS, como a inexistência de contribuição para custeio da inatividade e a manutenção da integralidade e paridade dos proventos.

Clique [aqui](#) para ler o relatório.

Date Created

16/04/2019